



ANÁLISE DO TRABALHO DE POLICIAIS CIVIS BASEADA NA PSICODINÂMICA DO TRABALHO E NA ERGONOMIA DA ATIVIDADE

Valéria Lucas de Araújo ¹
Ana Paula Macêdo da Costa ²

RESUMO

Este trabalho objetiva, mediante algumas discussões teóricas e de uma análise através de entrevistas, discutir a forma como o trabalho da Polícia Civil está organizado em nossa sociedade, bem como as repercussões psíquicas, físicas e ergonômicas provocadas pelo trabalho desses profissionais. As condições e as exigências do mercado de trabalho na atualidade rotinizam e desmotivam, deixando no corpo as marcas do sofrimento, que se manifestam nas mais variadas doenças classificadas como ocupacionais, além de atentar contra a saúde mental. A partir dos dados obtidos com as entrevistas, é proporcionada a oportunidade de conhecer e refletir sobre o desafio dos policiais civis de conviver no mundo do trabalho com pessoas e situações inesperadas nos diversos cenários da sociedade. A produção de conhecimento está voltada tanto para subsidiar intervenções como para impulsionar o desenvolvimento teórico na área.

Palavras-chave: Psicologia do Trabalho, Polícia Civil, Psicodinâmica, Ergonomia.

INTRODUÇÃO

A rotina de trabalho de policiais, assim como as exigências acerca da postura destes profissionais perante as situações em que são colocados, vem tendo consequências diretas no funcionamento psíquico dos mesmos. Um estudo conduzido por Wagner et al. (2012) apontou uma correlação significativa entre deterioração na qualidade de vida dos policiais e número superior de problemas de saúde mental. O grupo de policiais com maiores prejuízos na qualidade de vida e na saúde mental, sendo dados do estudo, foi aquele com mais de dez anos de profissão, que também apresentou maior frequência de doenças crônicas, uso regular de medicamentos e menos atividades de lazer (WAGNER ET AL., 2012).

Ao analisar as percepções de policiais civis sobre a sua identidade profissional e a instituição na qual atuam, bem como a opinião que a sociedade tem acerca da sua atuação, há a constituição de uma imagem predominantemente negativa. Tal imagem é capaz de levar a uma baixa autoestima dos policiais civis, interferindo nas condições de saúde – como, por exemplo, a ausência de autocuidado, a falta de atividade física, o consumo de alimentos ricos em gordura e açúcar, e a pouca procura por cuidados de saúde – e no desempenho profissional

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, valerialucas_araujo@hotmail.com;

² Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, psianapaulamacedo@gmail.com;



– a saber, o estresse e sofrimento mental, a exposição a riscos, o consumo de substâncias, dentre outros –. Dessa forma, há a necessidade dos profissionais da área da saúde mental atentar para as demandas desses policiais em um nível coletivo, criando estratégias de reestruturação e reorganização da corporação visando à valorização da pessoa do policial. Tais estratégias podem ser dar por meio de melhores salários, do reconhecimento do mérito àqueles que se destacam pelo bom desempenho profissional, e pela escuta e apoio às demandas de ordem material e emocional (GOMES E DE SOUZA, 2013).

O estudo conduzido por Pinto et al. (2013) se propôs a analisar os fatores associados ao sofrimento psíquico dos policiais, apontando que 60,8% afirmaram trabalhar além do horário, 47% declaram exercerem outra atividade profissional e 17% declararam ter sido vítima de agressão. A partir desses dados verificou-se que 21% dos policiais participantes do estudo, que responderam o Self-Reported Questionnaire (SRQ-20) apresentam sinais de sofrimento psíquico, um dado elevado e preocupante.

Detalhamentos trazidos por Cavalcante (2006) sobre o funcionamento da instituição policial apontam que alguns fatores que se tornaram nítidos referem-se ao fato que os policiais apresentam-se como uma equipe que tenta realizar com eficiência os seus trabalhos e esperam, pela realização destes, serem reconhecidos; e que o ambiente de trabalho, mesmo envolto nas pressões do dia a dia, na burocracia e na escassez de recursos, pode ser considerado agradável e intenso. A autora traz a importância de nós psicólogos estarem atentos a vivência laboral dessa categoria, a fim de que possamos nos questionarmos e analisarmos as relações dentro da instituição, demonstrando, intervindo e propiciando melhores condições psíquicas de trabalho (CAVALCANTI, 2006).

Avaliando as percepções que os policiais civis têm acerca das implicações do trabalho nas saúde, Anchieta et al. (2011), apontam que os danos físicos, psicológicos e sociais foram avaliados como suportáveis pela maioria dos policiais, que apesar de relatarem de forma crítica o contexto de trabalho, não apresentavam um número tão alto de adoecimento e sofrimento no trabalho. Dessa forma, a partir desses resultados pode-se inferir a presença dessas estratégias dinamizadoras diante das problematizações do trabalho (ANCHIETA ET AL., 2011).

Com base na problemática exposta, o presente artigo se propõe a analisar e discutir sobre a forma de organização do trabalho da Polícia Civil em nossa sociedade, bem como as repercussões psíquicas, físicas e ergonômicas provocadas pelo trabalho desses profissionais. Sabendo que as condições e as exigências do mercado de trabalho na atualidade rotinizam e



desmotivam, deixando no corpo as marcas do sofrimento – que se manifestam nas mais variadas doenças classificadas como ocupacionais, além de atentar contra a saúde mental – a produção de conhecimento aqui explanada está voltada tanto para subsidiar intervenções como para impulsionar o desenvolvimento teórico na área.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um estudo de campo de caráter exploratório e aporte qualitativo dos dados, com entrevistas realizadas na em uma Delegacia Distrital localizada na Paraíba, tendo como alvo policiais civis. A escolha dos participantes que compôs a pesquisa ocorreu de forma não probabilística e por conveniência, sendo composta por quatro participantes de ambos os sexos. Os critérios de inclusão utilizados foram que os participantes devessem ser policiais civis e ocupar o cargo de agente investigativo.

Os instrumentos utilizados foram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), entrevista semiestruturada individual e questionário sócio-demográfico (composto por dados como tempo de profissão, sexo, idade e escolaridade, elaborado pelas autoras). Todas as entrevistas foram gravadas com o auxílio de um smartphone. Durante a coleta dos dados foram feitas as perguntas do roteiro de entrevista a cada participante de modo individual, e em momentos distintos, e suas respostas foram gravadas com autorização prévia. Para a análise das respostas dadas utilizou-se pressupostos teóricos provenientes da Ergonomia e Psicodinâmica do Trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A identificação e descrição sumária do policial agente de investigação encontrada na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO, N.D.) é: Investigar crimes; elaborar perícias de objetos, documentos e locais de crime; planejar investigações; efetuar prisões, cumprindo determinação judicial ou em flagrante delito; identificar pessoas e cadáveres, coletando impressões digitais, palmares e plantares. Também atuam na prevenção de crimes; gerenciam crises, socorrendo vítimas, intermediando negociações e resgatando reféns; e custodiam presos. Registram informações em laudos, boletins e relatórios; colhem depoimentos e prestam testemunho.



Quanto as suas características de trabalho, as condições gerais do exercício explicita que os investigadores de polícia trabalham em órgãos da administração pública, de segurança e defesa, como estatutários, além de ser realizado em equipe, sob supervisão ocasional; Os profissionais trabalham em locais fechados, abertos ou em veículos, em horários irregulares e variados, com ou sem rodízio de turnos. Podem estar sujeitos a situações de pressão, à exposição de material tóxico e risco de morte (CBO, N.D.).

A partir da observação dessa extensa lista de tarefas sob responsabilidade dos policiais, passamos a fazer a interrelação com os resultados das entrevistas realizadas e a psicologia do trabalho. Assim sendo, a carga de trabalho, por exemplo, é um conceito que faz referência ao excesso, a uma sobrecarga, que por sua vez, pode ser cognitiva, física e afetiva. Trata-se de um investimento solicitado ao sujeito para realizar e adaptar-se às transformações, e exige a superação de uma organização do trabalho apoiada no determinismo (ABRAHÃO ET AL, 2009). Dessa forma, percebe-se a partir do discurso dos policiais civis, a insatisfação com sua jornada de trabalho e tal inquietude diante dessa situação, como mostra a fala de um dos entrevistados: *“Tem semana que trabalho durante o dia, tem semana que trabalho durante a noite, tem dias que são 14 horas, tem dias que se for final de semana ou feriado é 24 horas. E durante a semana como o dia de hoje, são 14 horas. É ruim porque a gente perde muitas horas de sono, eu era para estar mais conservado, mas você não consegue dormir, por mais que você queira, não consegue dormir. Você dorme só uns cochilos”*.

Outro ponto perceptível durante as entrevistas realizadas foi a questão da desvalorização profissional, principalmente no âmbito financeiro, porque, como já é sabido, muitos deles fazem pequenos trabalhos alternativos para conseguirem renda mensal suficiente para sustentar a casa e os filhos; eles sempre afirmaram que ganhar pouco significa não ser reconhecido pelo trabalho e esforço. Porém, apesar da desvalorização profissional de ordem financeira, todos os entrevistados afirmaram gostar de trabalhar na polícia – seja pelo ambiente agradável, pelas amizades, seja pelas pessoas que um dia puderam ajudar – e correlacionam isso diretamente com a autoestima profissional.

Porém, a questão salarial não é o único fator de reivindicação: eles desejam também mudanças no que tange à condição e organização do trabalho (CAVALCANTI, 2006). Quando questionados sobre o que consideravam mais difícil em seu trabalho, foi recorrente um discurso semelhante ao que retrata um dos entrevistados nesse trecho: *“O mais difícil é a precariedade e os aborrecimentos que os nossos governadores não fazer bons treinamentos, como estou prejudicado eles não dão nosso subsídio para se aposentar com o salário todo e*



fica só dando gratificações em vez de dar aumento, como bolsa alimentação de 800 reais... se eu me aposentar hoje eu perco uns 4000 mil reais, mais da metade do meu salário, aí eu tenho que ficar, ou seja, essa situação é constrangedora para nós policiais civis”.

O prazer no trabalho foi outro ponto que chamou bastante atenção durante a entrevista com os policiais por verem suas funções como um trabalho digno e por sentirem que estão ajudando a população que, de fato, precisa de uma segurança pública – como no caso desse trecho: *“A profissão em si, eu acho que fazer o que é certo, está ajudando a população, precisando de segurança pública. Pra mim eu sou muito mais feliz sendo policial do que advogada, tanto que cancelei meu OAB, sou muito feliz no que eu faço”.*

De acordo com a Psicodinâmica do trabalho, entende-se que o trabalho não é apenas fonte de sofrimento, mas também de prazer. Segundo essa abordagem, o homem procura descarregar as suas pulsões, através de uma saída socialmente possível e que seja compatível com sua inserção social – trata-se de uma busca pelo acabamento de si, de sua identidade, processo através do qual se define a sua saúde mental (ATHAYDE, 1996). Segundo Lhuillier (2006), o trabalho pode ser considerado o cenário onde ocorre uma busca de identidade, que irá impulsionar o indivíduo a criar, a mostrar a sua singularidade através de suas práticas.

Por outro lado, as percepções sobre os riscos que estes profissionais passam durante a realização de sua função é mais referente aos riscos de vida, que apareceram durante as entrevistas de modo bem semelhante, como no relato a seguir: *“Risco de vida né, isso aí não tem como. Tentando ficar sempre em alerta, qualquer pessoa que chega próximo, tipo eu como vocês quando estudante de direito a pessoa era atenta na parada, mas hoje eu vejo que sou muito mais, porque eu sei como acontece e eu sei também o peso que eu levo, porque se um cara que é assaltante sabe que eu sou policial ou quer me matar ou quer tomar a arma, ou qualquer coisa ao extremo, então eu tenho que estar muito mais atenta. Normalmente ando com a arma, porte de arma e a arma, colete essas coisas é só em operação, no dia a dia você na parada de ônibus e na rua não tem como, tem como não”.*

Mas, houve também aquele participante que generalizou a percepção de vulnerabilidade sobre a função desempenhada e os tipos de risco aos quais estaria susceptível: *“Eu acho que a profissão com mais risco que tem é a do policial. Como eu acabei de dizer, a gente sai de casa e não sabe se chega. Tento me proteger confiando em Deus, nos coletes que a gente usa... mas bala ninguém protege, é Deus que protege”.*

Eles sentem que têm que ter uma atenção redobrada por portarem arma em grande parte do tempo e por isso tem a sensação de que podem sair de casa para trabalhar e não mais



voltar, pelos perigos que se deparam no dia-a-dia. Dessa forma, o desempenho da atividade, no ambiente do trabalho, poderá trazer diversas transformações, que irão refletir em diferentes áreas da vida do sujeito, em sua relação consigo, com o outro e com o trabalho. Essas transformações se dão, em certa parte, devido ao desgaste e a competência construída diante das experiências adquiridas no trabalho (ABRAHÃO ET AL., 2009). Para a categoria policial, o risco desempenha um papel estruturante das condições de trabalho, ambientais e relacionais. Esses profissionais têm consciência do perigo que encontram no seu trabalho, pois este e a audácia são inerentes a essa atividade profissional. Seus corpos estão frequentemente expostos e suas mentes sempre alertas (MINAYO EL AL., 2007).

Dessa forma, percebe-se que a diferença entre o trabalho prescrito previsto para essa categoria profissional e o trabalho real também é algo bastante forte e presente nos discursos. As atividades que estes profissionais relataram realizar exigem deles um maior uso de si, na qual eles atuam em diferentes funções – como ser escrivão, ir para a rua, investigar, entre outras, tudo conforme o aparecimento da demanda. Imprevistos também ocorrem nessa categoria e apontam para o que a Ergonomia da atividade denomina de variabilidade incidental, mais especificamente variação instantânea da demanda. Abrahão et al. (2009) afirma que a tarefa está associada à certeza de que não há estabilidade nos sistemas de produção, isto é, todo sistema possui variabilidade, que é o imprevisto, o aleatório, um evento indeterminado e inesperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo pudemos descrever e conhecer o trabalho prescrito da categoria “Policial Civil” através da identificação do trabalho desses profissionais por meio da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e comparar os dados obtidos com a análise do trabalho real através de entrevistas com quatro profissionais da categoria. As entrevistas realizadas com os policiais civis contribuíram para conhecer parte da realidade vivida por esses profissionais dentro da nossa sociedade, mais especificamente na Paraíba e entender quais as principais diferenças entre o que é esperado desses profissionais e o que realmente acontece.

Diante do exposto, foi possível realizar uma análise do discurso desses profissionais a partir do que a literatura expõe acerca do que se entende como trabalho prescrito e trabalho real, evidenciando os pontos de insatisfação com a jornada de trabalho, a questão da



desvalorização profissional, principalmente no âmbito financeiro, e os riscos que os policiais civis enfrentam no cumprimento de seu dever, assim como o impacto da profissão na saúde física e emocional dos profissionais entrevistados.

A realização das entrevistas e a posterior produção deste escrito ajudou a trazer para o campo prático os estudos que, muitas vezes, ficam apenas na teoria dos estudos de graduação. Dessa forma, conhecer a realidade da Polícia Civil enriquece a formação dos estudantes e profissionais e faz-se fundamental para contribuir no êxito da prática profissional dentro da psicologia do trabalho, visto a sua complexidade, a diversidade de desafios e as contradições que esta profissão apresenta.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Júlia; Sznelwar, Laerte; Silvino, Alexandre; Sarmet, Maurício e Pinho, Diana. Introdução à ergonomia: da prática à teoria. Editora Blucher, 2009.

ANCHIETA, V. C. C., GALINKIN, A. L., MENDES, A. M. B., e NEIVA, E. R. (2011). Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 27, n. 2, p. 199-208, 2011.

ATHAYDE, M. Gestão de coletivos de trabalho e modernidade: questões para a engenharia de produção. Rio de Janeiro (RJ): COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
CAVALCANTI, Denise Fernanda de Lima. A experiência num campo desconhecido: a instituição policial entendida por uma estudante de psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 26, n. 1, p. 144-153, 2006.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES, Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília-DF. Disponível em:
<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/FiltroTabelaAtividade.jsf>

LHUILIER, Dominique. Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013.
MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.

PINTO, Liana Wernersbach; FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Sofrimento psíquico em policiais civis do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 633-644, 2013.

SILVEIRA, Núbia de Mesquita et al. Avaliação de burnout em uma amostra de policiais civis. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 27, n. 2, p. 159-163, 2005.



**IV Congresso
Brasileiro de
CIÊNCIAS da
SAÚDE**

**Saúde Populacional:
Metas e Desafios
do Século XXI**

ISSN 2525-6696

20 a 22 de agosto de 2020
Centro de Convenções de João Pessoa
João Pessoa - PB
www.conbracis.com.br

WAGNER, Luciane Carniel; STANKIEVICH, Rosiani Angélica Paim; PEDROSO, Fleming.
Saúde mental e qualidade de vida de policiais civis da região metropolitana de Porto Alegre.
Rev Bras Med Trab, v. 10, n. 2, p. 64-71, 2012.